



# Estados autoritários e totalitários e suas representações

Coordenação

Luís Reis Torgal  
Heloísa Paulo

Coimbra • 2008

## UMA MEMÓRIA DOS OPOSITORES SOBRE O REGIME E SOBRE A OPOSIÇÃO

*Em memória do Dr. Alberto Alberto Vilaça*

### 1. História e Memória: a historiografia e as fontes para a compreensão da oposição antislazarista.

“Vim encontrar a tua carta, datada de 23 pp, que me entristeceu por todos os problemas familiares que te aconteceram, mas espero que reajas e que não demores a responder ao Coronel Varela Gomes. Só que eu gostaria que a tua resposta não constasse apenas de uma simples carta, mas sim de uma completa “biografia” tua, e com a maior soma de detalhes possível sobre o teu pai, como ideólogo e organizador do “Plano L”, e logicamente dos seus colaboradores: a começar pelo Jaime Cortesão, Moura Pinto, César de Almeida – o operacional do Plano, Alexandrino dos Santos, etc. Eu creio que o Oliveira Pio, se não falha a memória, também esteve incluído no Plano. O que é necessário, para já e para a história, é dar coesão e força ao plano, e esquecer algumas desinteligências (especialmente acerca do Alexandrino) tanto mais que toda a gente que acompanhou o tem[...].

Estou a insistir com o próprio Pedro, para não levantar quaisquer dúvidas ou problemas sobre a unidade dos portugueses – dentro e fora do Plano L, para que as pessoas agora muito interessadas em fazer a história da nossa participação, do lado da República, não possam fazer julgamentos erróneos sobre o verdadeiro comportamento de quantos usaram a vida e se sacrificaram pela causa da liberdade”.<sup>1</sup>

A publicação de estudos sobre a história da oposição ao Estado Novo é ainda escassa, em contraposição ao número abundante de biografias e livros de memória dos que nela participaram<sup>2</sup>. Os trabalhos de investigação propriamente ditos são muito escassos e,

---

<sup>1</sup> Carta de Mário Fernandes a Oscar de Moraes, datada do Porto de 5 de Janeiro de 1984, duas folhas datilografadas. Arquivo Oscar de Moraes. Posse da Família.

<sup>2</sup> Para uma visão das memórias da oposição ver : Ventura, António. *Memórias da Resistência*. Lisboa, Biblioteca Museu da República e da Resistência-Câmara Municipal de Lisboa, 2001.

quase sempre restringidos ao período posterior ao final da Segunda Guerra Mundial<sup>3</sup>. A grande maioria utiliza como fontes a documentação provinda dos meios de repressão, nomeadamente a PVDE e a PIDE, os depoimentos dos sobreviventes, ou ainda, os documentos cedidos por grupos ou partidos, para além de impressos e publicações periódicas. Em todos os casos, como ocorre com a maior parte das fontes utilizadas pelos historiadores, estes materiais envolvem problemas de interpretação, alguns mais complexos do que outros, tanto mais se forem disponíveis para o historiador.

No primeiro caso apontado, a documentação proveniente dos relatórios dos agentes de repressão podem conter verdadeiras armadilhas para o historiador: esses agentes ou os informadores em que se apoiam condicionados pela necessidade de manutenção do ideal da “conspiração”, elaboram os seus relatos dentro dos parâmetros do próprio discurso oficial acerca do comportamento dos seus “inimigos”. Mais do que fonte de informações, estes relatórios traduzem a imagem que o regime “constrói” a respeito dos seus opositores, na qual a realidade é enquadrada de acordo com a necessidade do informante de reproduzir o sistema. Assim sendo, a hipérbole e a simples menção a boatos, muitos deles criados pelos próprios informantes, podem induzir leituras equívocas por parte do investigador<sup>4</sup>.

De igual forma, a memória pessoal dos militantes está condicionada pelo discurso oficial da “história do partido”, o que contribui para a “reelaboração” constante da memória histórica da oposição. À medida que um elemento ou determinado episódio ganham vulto no contexto partidário cresce a sua importância na memória “militante”. A memória individual passa a aceitar como realidade vivida os dados que lhe são apresentados pela história “oficial” ou oficiosa, seleccionando acontecimentos, incorporando como experiência própria as versões que lhe são apresentadas a posteriori<sup>5</sup>. Pacheco Pereira atesta este processo quando trata da actuação de Álvaro Cunhal nos seus primeiros anos no PCP:

“A viagem de Álvaro Cunhal a Espanha tornou-se, com o tempo, num acontecimento envolto em mistério, sobre o qual o próprio Cunhal e o PCP foram dando versões contraditórias. No entanto, se analisarmos os testemunhos e os documentos acessíveis, o que aparece é uma ‘construção’ dos objectivos da viagem que muda, com o tempo, à medida que a importância de Cunhal no PCP vai aumentando e a sua biografia se vai fazendo e refazendo.”<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> A grande referência para os estudos da oposição continua a ser o livro de Raby, Dawn Linda. *A Resistência Antifascista em Portugal. 1941-1974*. Lisboa, Salamandra, 1988. Sobre o movimento socialista e a sua constituição como partido no exílio temos Martins, Susana. *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*. Lisboa, Casa das Letras, 2005.

<sup>4</sup> Sobre o tema, ver, entre outros: Paulo, Heloisa. “A imagem Oficial: os Budas e a espionagem salazarista”, comunicação apresentada no Congresso Internacional “Intolerância em tempos de fascismo”, de 20 a 22 de Novembro de 2006, promovido pela Universidade de São Paulo, Ceis 20 e Universidade de Bologna, Universidade de São Paulo, Brasil (Actas no prelo).

<sup>5</sup> A memória pessoal é selectiva e passível de reelaboração à medida que novos dados da história colectiva são incorporados como “verdades” oficiais ou oficiosas. Sobre a temática ver, entre outros, Fentress, James e Wickham, Chris. *Memória Social. Novas perspectivas sobre o passado*, Lisboa, Teorema, 1994.

<sup>6</sup> Pereira, José Pacheco. Álvaro Cunhal. *Uma biografia política. “Daniel”, o Jovem Revolucionário (1913-1941)*. Lisboa. Temas e Debates, 1999, p. 190.

Este processo é comum a todos os grupos de opositores, não se limitando aos partidários. Assim sendo, cada sector da oposição “elabora” a sua própria memória, edificando uma imagem positiva da actuação dos seus membros. O texto em epigrafe é um dos exemplos deste tipo de elaboração, no qual um participante da resistência republicana em Espanha, ele próprio um dos dissidentes do Plano Lusitânia, solicita ao filho do Comandante Jaime de Moraes que omita as discordâncias e cissões entre militantes quanto ao rumo da operação militar, de forma a manter uma imagem de consenso entre os participantes<sup>7</sup>.

Desta forma, cada grupo afirma-se deetentor da veracidade dos factos, apresentando os testemunhos como “provas” incontestáveis de uma história que pretende ser a única versão possível do combate contra o salazarismo. Esta lógica está presente na apresentação feita por Oliveira Pío ao livro de Mário Mendez da Fonseca, um dos principais líderes da oposição emigrada na Venezuela:

“[...]En ellos se reproducen documentos, se narran hechos, se denuncian crímenes, que constituirán elementos decisivos en el proceso contra el salazarismo, el día en que éste fuera llamado a la barra del grande tribunal de la Historia. Además la lucidez de sus conceptos, la claridad de sus observaciones, el detalle con que nos presenta los acontecimientos que mejor caracterizan o definen el sistema salazarista, serán de enorme valia para quienes, en el futuro, pretendan efectuar un estudio sério, imparcial y verdadero de aquel régimen nefasto e inhumano”<sup>8</sup>

No que respeita à documentação oriunda das instituições partidárias, os panfletos, jornais etc..., ou seja, o material de propaganda dirigido ao público constitui a fonte privilegiada das investigações. Tal decorre do facto de que os documentos internos dos partidos, tais como relatórios, actas e demais documentação, na sua grande maioria, estarem fora do alcance do investigador. Em alguns casos, como a documentação respeitante ao Movimento Nacional Independente, vinculado aos apoiantes de Humberto Delgado no Brasil, é o próprio local em que se encontram depositados que não garante a manutenção e o fácil acesso aos documentos<sup>9</sup>. Em resumo, o controlo do acesso à documentação produzida pelos partidos condiciona as análises e a memória da oposição, limitando-as ao recorte definido pelas directrizes partidárias: é o caso, por exemplo, do PCP, que ainda mantém os seus arquivos fechados aos historiadores.

A “história” presente nestes três tipos de documentos é, portanto, repleta de contradições, oscilando e divergindo de acordo com a fonte escolhida, quer seja a das forças da repressão, quer a das diversas versões dentro da própria oposição. Não

---

<sup>7</sup> Mário Fernandes participa do Plano Lusitânia e, segundo o relato de Jaime de Moraes em carta para Moura Pinto, ele é um dos que se nega a prosseguir com o planeado após o incidente envolvendo Pedro Rocha, também mencionado no texto, e a morte de um anarquista no Campo de Centelhas onde estavam acantonados. Ver carta de Mário Fernandes endereçada a Óscar de Moraes, datada do Porto de 5 de Janeiro de 1984, duas folhas dactilografada. Arquivo da Família.

<sup>8</sup> Prefácio de Oliveira Pío ao livro de Mario Mendez Fonseca. *42 años de “Estado Novo”*. *Pátria sin Hombres y Hombres sin Pátria*. Caracas. Ediciones do Movimiento Democrático de Liberacion de Portugal y sus Colonias. 1969, p. 13.

<sup>9</sup> O material encontra-se no Museu da República e da Resistência, tendo permanecido durante mais de duas décadas em uma caixa de ferro, a mesma que serviu de transporte da documentação do Brasil para Portugal.

sendo os opositores um grupo uniforme, dificilmente as interpretações das acções empreendidas possuem a mesma leitura, variando conforme as versões oficiosas de cada um dos grupos envolvidos. A busca de protagonismo é uma tónica presente em todos os discursos, quer de opositores, quer de repressores. A justificação do fracasso é sempre atribuída ao inimigo, salvo algumas excepções, como nos casos dos republicanos que participam dos primeiros movimentos de contestação ao regime ditatorial. Na grande parte das vezes, prevalece a noção de que a oposição, qualquer que fosse a sua directriz ideológica, sempre esteve a um passo da vitória; os fracassos são imputados, invariavelmente, à repressão exercida pelo regime sobre os seus opositores. Este argumento é recorrente na maioria dos relatos dos combatentes do regime, estando presente directa ou indirectamente nas fontes referenciadas.

Uma das grandes lacunas nesta “história da oposição” diz respeito aos exilados políticos e às suas actividades fora do país, que, ainda não possuem um estudo sistemático, malgrado a existência de trabalhos como o de Cristina Clímaco<sup>10</sup>, ou ainda, obras de cunho mais sociológico, como o trabalho de Douglas Mansur da Silva sobre o *Portugal Democrático*, jornal de uma parcela da oposição portuguesa em São Paulo, Brasil<sup>11</sup>. Contribuindo para este “branco” na historiografia, está a falta de “memória histórica” acerca de alguns dos mais combativos opositores do regime, que, ao morrerem fora de Portugal ou/e antes do 25 de Abril, foram alijados da imensa lista de memórias individuais e, aparentemente, fadados ao esquecimento a que foram relegados pelo salazarismo. Nomes como o de Jaime de Morais, Moura Pinto, Abílio Águas, Oliveira Pio e tantos outros cujos escritos e anotações autobiográficas poderiam acrescentar mais uma possibilidade de leitura acerca dos opositores e da sua postura frente aos diversos segmentos da oposição e ao regime.

## 2. A Oposição republicana e a sua história: novas versões acerca dos movimentos oposicionistas republicanos.

“Permita-se a uma relíquia da velha guarda tentar a defesa da sua dama.”<sup>12</sup>

Para os movimentos oposicionistas ao governo da Ditadura Militar, a historiografia contemporânea, fora os trabalhos já clássicos de Oliveira Marques<sup>13</sup>, conta com investigações temáticas, como a Revolta de Fevereiro de 1927, sublinhada pelo trabalho de Luís Farinha, ou as revoltas da Madeira e dos Açores, tema da publicação de Célia

---

<sup>10</sup> Ana Cristina Clímaco, *L'Exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*. Dissertação de doutoramento em Sociedades Ocidentais, apresentada à Universidade de Paris 7 (Denis Diderot), (Paris: 1998).

<sup>11</sup> Silva, Douglas Mansur. *A Oposição ao Estado Novo no Exílio Brasileiro 1956-1974*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

<sup>12</sup> Morais, Jaime. “Rabugices da Velhice”. Notas autobiográficas. Manuscrito dactilografado. p. 1. Arquivo Jaime de Morais. Fundação Mário Soares.

<sup>13</sup> Ver, entre outros, Marques, A.H. de Oliveira. *A unidade da Oposição à Ditadura (1928-1931)*, Lisboa, Europa-América, 1973; ou, Marques, A. H. Oliveira. *A Liga de Paris e a ditadura militar (1927/1928)*, Lisboa, Europa-América, 1976.

Reis<sup>14</sup>. De uma forma geral, a oposição é considerada como uma força expressiva de resistência ao regime, tomando como referência a actuação organizada de alguns sectores ou partidos em momentos específicos: as revoltas contra a ditadura ou a acção conjunta da oposição nos processos eleitorais, cujo exemplo mais paradigmático é o de 1958<sup>15</sup>.

Ao contrário da produção memorialista da oposição mais recente sobre a sua própria acção, os movimentos do chamado “revirinho” possuem poucos relatos na primeira pessoa. Neste núcleo de memórias, o movimento de 1927, descrito como a primeira tentativa real de afrontamento à ditadura, ganha realce, nomeadamente no relato de Sarmento Pimentel ou nas notas biográficas de Jaime de Morais<sup>16</sup>. Em todos os casos, e, em especial, no relato “historiográfico” officioso dos republicanos, realizado por um dos participantes do levantamento – Raul Rêgo, e a sua *História da República* –, o balanço das razões do fracasso do movimento reflecte os diversos níveis de desarticulação dos opositores. Entre os factores apontados, são destacadas a falta de sincronia dos apoiantes e as divergências políticas dos republicanos, que marcam a trajectória de combates da oposição revirinhista:

“Eu tinha cometido um erro imperdoável, donde ai resultar o nosso desastre. Não trouxe de Lisboa um grupo dos meus brilhantes oficiais de ligação. Se a meu lado estivessem no Porto, e se tivessem percorrido outras cidades do Norte e do Centro, o fracasso que nelas se deu ter-se-ia evitado.”<sup>17</sup>

“Havia que acabar com a ditadura, pensavam até os mais moderados liberais, mas os políticos da República não se entendiam [...]

Após infrutíferas, penosas, irritantes *démarches* políticas, resolveram os conspiradores ir para a revolução sem qualquer apoio partidário. [...]”<sup>18</sup>

“A Revolução estala em 3 de Fevereiro, no Porto. Não apanhou o Governo de surpresa, já que os ares andavam turvos, mesmo na calma com que decorrera a visita de Carmona ao Porto. O Governo estivera reunido, durante toda a noite de 2 para 3, no Quartel de Artilharia 3. Esperava-se a revolta simultânea, em Lisboa e Porto. Mas não. Daí o desastre. Não sai igualmente com toda a força de que dispunha ou que estava comprometida. A organização poderia e deveria ter ido mais longe, arrostando com as dificuldades dos ronceiros; mas o optimismo, contando com adesões que não vieram e outras que demoraram, foi fatal.”<sup>19</sup>

---

<sup>14</sup> Ver, Reis, Célia. *A Revolta da Madeira e Açores (1931)*. Lisboa, Livros Horizonte, 1990; Farinha, Luís. *O revirinho : revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo: 1926-1940*. Publicação/Produção Lisboa: Estampa, 1998.

<sup>15</sup> Ver, entre outros. Delgado, Iva; Pacheco, Carlos; Faria, Telmo (coord.). *Humberto delgado, as eleições de 1958*, Lisboa, Vega, 1998.

<sup>16</sup> Ver, Pimentel, J. Sarmento. *Memórias do Capitão*. Porto, Editorial Inova, 1974 e as notas biográficas de Jaime de Morais no seu arquivo pessoal depositado na Fundação Mário Soares.

<sup>17</sup> Morais, Jaime. “O 3 de Fevereiro de 1927”. Notas autobiográficas. Manuscrito dactilografado. p. XXII. Arquivo Jaime de Morais. Fundação Mário Soares.

<sup>18</sup> Pimentel, J. Sarmento. *Memórias do Capitão*. Porto, Editorial Inova, 1974, p. 206.

<sup>19</sup> Rego, Raul. *P História da República*. Volume V. Lisboa, Círculo dos Leitores, 1987, p. 84.

[...]Recorda-se o J.C., que, do nosso Comité Político inicial, onde JC representava a Seara Nova, chamada a primeiro plano das formações políticas; onde Tamagnini e Feliciano da Costa representavam os nacionalistas; onde António Maria e David Rodrigues representavam os democráticos; onde o cabeludo Lopes de Oliveira falava pelos radicais, e eu, pela legião de conjurados militares autónomos?

E não é verdade que, em face da recusa formal que democráticos (e mesmo nacionalistas?) fizeram de aceitar um delegado de Esquerda, Eu os forcei (contra o desejo deles e mesmo contra a resistência dos próprios interessados, que nunca compreenderam a nossa leal atitude) a aceitarem-me, também, como representante da Esquerda Democrática?

E não é certo que, arrostando contra tudo e quase todos acabei por impor a representação esquerdista em todos os comités regionais e mesmo impus um ministro deste Partido, no Ministério que saíria do 3 de Fevereiro, no caso o Pina de Moraes, na pasta do Comércio, o que tão pouco serviu, não digo para ser agradecido, mas mesmo hostilizado e mais que isso, pelo próprio Pina de Moraes, que nunca acabou por compreender o que se passava e passou?

[...]

E lembrar-se-á ainda das ridículas instruções que Afonso nos mandava de Paris, procurando impor nomes que nem o Diabo conseguiria fazer vingar, e opondo vetos de que os nossos colegas se riam a gargalhadas?<sup>20</sup>

Assim sendo, os depoimentos dos republicanos constatarem a divisão interna dos opositores do chamado “revirinho”, atestando uma “continuidade” do clima de instabilidade política dos últimos anos da antiga República. A admissão das dissidências leva à descrição do próprio golpe militar de 1926 como consequência directa da cisão existente no seio do próprio republicanismo. A “Revolução de Maio” seria o fruto de uma escolha mal sucedida, realizada por sectores republicanos, que, no primeiro momento, esperavam o fim das querelas políticas e do caciquismo político da I.<sup>a</sup> República:

“No dia e hora marcados, a procissão saiu para rua. Quem especialmente quiser ver a verdade, facilmente reconhece que, nesse dia e hora, apenas se manifestaram unidades comandadas por oficiais republicanos [...]

O meu vaticínio resultou certo o 28 de Maio ia ser feito por republicanos exclusivamente [...]

Uma coisa, porém, jamais compreendi: a integral inércia do governo presidido por António Maria dos Santos, considerado como o da preparação de revoluções e bem assim da sua inutilização. Nenhuma resistência parte do governo. Mais ainda faz-se resistência as resistências que surgem espontaneamente.”<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Morais, Jaime. Documento solto dactilografado, possível resposta ao pedido de apoio a carta de protesto de Henrique Galvão. p. 3. Arquivo Jaime de Morais. Fundação Mário Soares.

<sup>21</sup> Morais, Jaime. “O 28 de Maio”. Notas autobiográficas. Manuscrito dactilografado. p. 2. Arquivo Jaime de Morais. Fundação Mário Soares.

“A Revolução triunfara em Lisboa com a nomeação de Cabeçadas para a chefia de governo, sem disparar um tiro. Não se compreende como, se em Braga, a 29 à noite, ainda Gomes da Costa está disposto a render-se”.<sup>22</sup>

A falta de consenso entre os republicanos e a incoerência entre o ideal e a prática política, subentendida nas actuações dos últimos governos anteriores ao 28 de Maio, persistem na análise dos membros da oposição republicana e nas suas tomadas de decisão:

“Não julgue que entre nós, republicanos, havia uma total fraternidade de pensamento e de acção. [...]

No nosso clan havia indiscutíveis e indiscutidas vedettes, como hoje se diz. Sem dúvida alguma que Afonso Costa, António José de Almeida, Bernardino Machado, Alexandre Braga, Teófilo Braga, M. de Arriaga, Brito Camacho, eram as personalidades mais destacadas, mais conhecidas do povo e que nos nossos admiráveis comícios eram os verdadeiros ídolos.

Note-se, porém, que se no plano da propaganda eram indiscutíveis, no da organização talvez deixassem muito a desejar.”<sup>23</sup>

Em 1928, uma nova tentativa revolucionária fracassa. A análise das razões do insucesso retoma as questões anteriores, e, mais uma vez, é realçada a necessidade de uma articulação maior entre os revoltosos perante o endurecimento das forças governamentais:

“O desastre de Julho de 1928 fora irreparável. Nele perdermos preciosos elementos, mas o pior foi que se tinha perdido a fé e a confiança. Dificilmente encontraríamos oficiais que se comprometessem seriamente. A posição do governo era militarmente cada vez mais forte. A supremacia que tínhamos até Maio deste ano desaparecera. Éramos de opinião que uma revolução na base da sublevação de unidades regulares em número suficiente já não era viável”<sup>24</sup>

A solução apontada para o dilema dos revolucionários é construída a partir destes argumentos. A falta de envolvimento dos oficiais e dos soldados demitidos e “obrigatoriamente na reserva” e a inexistência de material bélico suficiente para os armar passam a ser elementos chaves para explicar o fracasso dos movimentos de 1927 e 1928. A necessidade de mobilizar todos os elementos aquartelados e a angariação de fundos para a compra de armamento<sup>25</sup>, são medidas a ser tomadas a partir de então:

“[...]como não pretendíamos desmoralizar as Forças Armadas da Nação, as forças atacantes seriam exclusivamente constituídas por militares: oficiais, sargentos, cabos e soldados, fossem do activo, da reserva, reformados ou demitidos. [...] friso este pormenor

---

<sup>22</sup> Rego, Raul. *P História da República*. Volume V. Lisboa, Círculo dos Leitores, 1987, p.18.

<sup>23</sup> Carta de Jaime de Morais a Sarmento Pimentel, rascunho, sem data.

<sup>24</sup> Morais, Jaime. “Últimas fantasias”. Notas autobiográficas. Manuscrito dactilografado, p. 3.<sup>a</sup> Arquivo Jaime de Morais. Fundação Mário Soares.

<sup>25</sup> Segundo Jaime de Morais, “os republicanos eram, por definição, pobres de pedir” Morais, Jaime. “Últimas fantasias”. Notas autobiográficas. Manuscrito dactilografado, p. 4.<sup>a</sup> Arquivo Jaime de Morais. Fundação Mário Soares.

pois a sua não compreensão ia ser, em breve, a causa de um desastre que nunca teve solução e que nos arrastou implacavelmente a catástrofe.”<sup>26</sup>

No entanto, o grande problema entre os opositores republicanos, sempre apontado pelas memorialistas, é o da divisão interna. A mais célebre é a que demarca o grupo de Ribeiro de Carvalho e o do grupo dos “Budás”, composto por Jaime de Morais, Moura Pinto e Jaime Cortesão. A falta de articulação dos revoltosos é o grande tema das divergências. Sarmento Pimentel, a propósito das revoltas de 3 de Fevereiro e 1931, esboça a cisão que demarcara os dois grupos de opositores:

“Quando, passada mais de uma hora, despertei para a triste realidade de foragido da justiça totalitária [...] as perguntas vinham de toda gente:

- E Lisboa, por que não saiu?
- E o Aires de Abreu e a artilharia de Viana porque não aderiram?
- Onde está a coluna do Major Varão?
- E os seus companheiros e amigos – o José Mascarenhas, Ribeiro de Carvalho, Francisco Aragão, Capitão Batista das Metralhadoras, o Cunha Leal, o Pires Monteiro, o Hélder Ribeiro e tantos outros republicanos?
- Não sei, não compreendo, não posso explicar. A política partidária meteu-se no meio, e aqueles que não vieram contra nós, ficaram neutros. Talvez ainda venham a arrepender-se, mas já será tarde.”<sup>27</sup>

Nas considerações acerca do movimento de 1931, em Lisboa, liderado por Sarmento de Beires e Utra Machado, a cisão e falta de coordenação entre os republicanos torna a ser uma constante. Nos relatos de Sarmento Pimentel, que, na Galiza, espera as ordens de Ribeiro de Carvalho para iniciar a revolta, e de Horta Catarino, que assiste à revolta em Lisboa, a falta de coordenação entre os sectores da oposição republicana é denominador comum mais destacado:

“Não fôramos prevenidos nem convidados para participar daquela revolução, feita, evidentemente, porque quem queria antecipar-se e sobrepor-se à organização de um movimento nacional para o qual estava comprometida a maioria do Exército e da Marinha. Soubemos depois que o comandante Sarmento de Beires e o coronel Utra Machado resolveram, descontentes com os adiamentos ordenados pelo coronel Ribeiro de Carvalho, “por a procissão na rua” por sua conta e risco, invocando aos mais ardidos e inquietos oficiais a falta de decisão daquele oficial. Esse pretexto e as rivalidades entre os republicanos, divididos, afinal, em dois grupos que se digladiavam, consolidou a ditadura por estes 40 anos.”<sup>28</sup>

“No próprio dia 26 de Agosto era eu cabo da guarda na Amadora e tinha conhecimento de os sargentos da unidade se encontrarem comprometidos a apoiar o Movimento,

---

<sup>26</sup> Morais, Jaime. “Últimas fantasias”. Notas autobiográficas. Manuscrito dactilografado, p. 5.<sup>a</sup> Arquivo Jaime de Morais. Fundação Mário Soares.

<sup>27</sup> Pimentel, João Sarmento. *Ob. cit.*, p. 218. O único nome que participa e apoia o movimento de Fevereiro e, por desconhecimento da sua prisão, é incorrectamente citado por Sarmento Pimentel é o de Helder Ribeiro.

<sup>28</sup> Pimentel, João Sarmento. *Ob. cit.*, p. 342.

aguardando apenas a chegada do tenente-coronel Sarmento de Beires para os comandar. Infelizmente, os sargentos reunidos secretamente na casa do primeiro-sargento Abrantes, contígua ao quartel, nada puderam fazer por erro de ligação e comunicações entre os conspiradores. Já de madrugada chegou-lhes uma informação errada de que o Movimento fora adiado e afinal ao amanhecer uma parte das unidades comprometidas arrancou, desencadeando a luta, por não terem sido informadas a tempo de tal movimento.”<sup>29</sup>

“Se o Governo houvesse encomendado zaragata quarteleira para depois fazer a limpeza geral e definitiva, não teria êxito mais completo. [...]

Não vale a pena dizer que quando os carros sedeados em Mafra avançaram sobre Lisboa, já a revolução estava perdida pelos republicanos que ali foram comprometidos pela ambição, indisciplina, inconsciência dos líderes cheios de complexos, invejas e incompetência para destruir a máquina poderosa do Estado Novo”<sup>30</sup>

Outro aspecto destacado é a visão que os diferentes sectores da oposição republicana possuem com relação à participação popular nos movimentos revolucionários. Defendida por Ribeiro de Carvalho, é aceite pelo grupo dos Budas, desde que visasse “fins democráticos”<sup>31</sup>. O grande problema é a incerteza quanto ao rumo político originado por um movimento revolucionário “popular”:

Os Budas pretendiam fazer uma revolução leal e sincera por cima e evitar, com ela , uma revolução caótica e possivelmente destruidora por baixo.

Pensariam assim ainda por um novo motivo: talvez pensassem que o nosso povo estava muito alquebrado, que dava indícios de reacções defeituosamente coordenadas, que sofrera demasiadamente, que vivia numa miséria excessiva para temerem que um sobressalto mais brusco e mais profundo, em vez de lhe provocar a salvação redundasse na sua morte.”<sup>32</sup>

No entanto, numa análise mais global e posterior, o fracasso dos movimentos revolucionários é atribuído, por fim, à própria falência dos princípios democráticos na velha Europa. O ideal republicano seria vítima das mudanças ocorridas no cenário político internacional, marcado desde a década de vinte pelo aparecimento de regimes autoritários. A incapacidade dos regimes democráticos de apresentar soluções para os problemas económicos e sociais surgidos no final da Primeira Grande Guerra seria o grande motivo para a sua própria decadência:

“Porque fracassou a democracia do nosso tempo? Porque foi parlamentar e liberal? Estávamos certos de que não. O seu erro consistira em que, sendo evidente a ânsia de reformas sociais nas massas não interveio no terreno económico por forma a criar a possibilidade dessas reformas e gerando com a sua ausência a possibilidade, a inevitabilidade de revoluções sociais.”

---

<sup>29</sup> Catarino, Horta. *Falando do Revivalho*. Lisboa, Ed. Do Autor, 1977, p. 20.

<sup>30</sup> Pimentel, João Sarmento. *Ob. cit.*, p. 342.

<sup>31</sup> Morais, Jaime. “O 3 de Fevereiro”. Manuscrito dactilografado. Sem paginação. Arquivo Jaime de Morais. Fundação Mário Soares.

<sup>32</sup> Morais, J. “O pensamento político dos Budas”, *Nota Manuscrita*, p. I. Arquivo Jaime de Morais. Fundação Mário Soares.

Na verdade, o que temos nestas argumentações é a convicção de que só um levantamento bem coordenado de determinados sectores militares seria suficiente para garantir o retorno à ordem constitucional, atendendo à efectiva implantação do, já nos anos trinta, do Estado Novo:

“Este nome de Revirvalho, popularizara-se, talvez, com intuítos depreciativos para designar aqueles que combatiam pela Restauração da República Democrática Portuguesa, fazendo com que eu próprio me considerasse um reviralhista, tal como o Capitão Vilhena e muitos outros persistentes nessa luta.

Nas prisões onde os Comunistas passaram a estar sempre em maioria, cantava-se até uma cantiga “O amanhã” para deprimir os que se mantinham animados da esperança de virem a conseguir o Revirvalho, recusando-se a enfileirar-se, como eu, nas hostes Marxistas e na sua tese de movimento de massas para conseguir a Revolução, tese que eu sabia impossível de realizar contra um governo em Ditadura.

Não há massas populares que possam resistir ao fogo das armas modernas. A deposição do Salazar, tal como a de qualquer outro ditador, só podia ser derrubada de golpe e de surpresa, por forças devidamente armadas”<sup>33</sup>

### 3. As oposições e as suas versões da história: um olhar comum sobre o passado?

“De tal forma a História tem andado ao sabor dos regimes que acabámos amnésicos”<sup>34</sup>.

“Em Fevereiro de 1927, um organismo militar que eu desconhecia organizou uma revolta no Porto, no dia 3, e em Lisboa, no dia 7. Era para ser no mesmo dia, mas a coisa saiu desfasada. Em Lisboa, o Agatão lança e mais dois ou três oficiais foram ao Quartel de Marinheiros, mandaram tocar a reunir e fizeram um discurso a dizer que era preciso ir para a revolução. Armaram toda a gente, distribuíram carabinas e cartuchos, e marchámos a pé desde a Praça de Armas [...] De um lado, nós, os marinheiros, mais uma dúzia de polícias e de guardas da GNR, todos sob o comando de Agatão Lança, e com o reforço de alguns marinheiros [...]

Aquilo pode dizer-se que era uma luta entre oficiais. Nós éramos só comandados e quanto a participação de civis era muito reduzida. Havia um grupo de anarquistas que andou pela Rua da Escola Politécnica a arrancar pinhas de ferro das varandas para fazerem bombas. Mais nada. No entanto, quando subimos até ao Largo do Rato, assim como quando descemos até ao Arsenal, as pessoas olhavam-nos com simpatia. Mas participação popular, como no 25 de Abril, isso não houve.

Tudo aquilo acabou assim que os oficiais nos mandaram depor as armas e retirar, senão éramos todos massacrados. [...]

---

<sup>33</sup> Catarino, F.H. *Ob. cit.*, p. 101.

<sup>34</sup> Mónica, Maria Filomena. “Biografia e Autobiografia”, in: Sousa, M. de (coord). *Toda a Memória do Mundo*. Lisboa, Esfera do Caos, 2007, p. 25.

Foram assim os meus primeiros passos revolucionários, mais por espírito de revanche do que com a consciência do que era fazer uma revolução contra o fascismo [...] não tinha ainda consciência política.”<sup>35</sup>

A história da oposição ao salazarismo é ainda uma história facetada, onde existem grandes espaços por preencher, quer em termos de novas análises quer de novas investigações<sup>36</sup>. A predominância do Partido Comunista, como órgão organizado e combativo, ao tempo do 25 de Abril e nos anos imediatos após a Revolução dos Cravos, favoreceu a existência de uma gama diferenciada de publicações memorialistas dos membros do regime, ainda que os estudos historiográficos acerca da sua actuação sejam bem menores do que o número de obras “partidárias”<sup>37</sup>. Neste quadro, pouco espaço há para a memória dos demais movimentos oposicionistas, que, por vezes, quando aparecem, são analisados pela óptica dos comunistas. No entanto, temos de assinalar a importância da divulgação destes relatos e de trabalho de recolha dados<sup>38</sup>, já que servem de ponto de partida para o estabelecimento de novas pesquisas e de parâmetros para outras análises.

Assim sendo, o relato historiográfico da oposição republicana é ainda um imenso campo a explorar com a “descoberta” dos arquivos dos seus membros. A documentação existente, cartas, diários, manifestos políticos e outros documentos afins, podem guardar novas versões acerca das dissidências internas dos reviralhistas e das suas actuações revolucionárias, assim como revelar as nuances de opinião dos diversos círculos de opositores.

---

<sup>35</sup> Jorge, Joaquim Pais. *Com uma alegria imensa. Notas autobiográficas*. Lisboa, Avante, 1984, pp. 17 a 21.

<sup>36</sup> Neste quadro, cumpre assinalar o esforço de algumas instituições, como o Museu da República e da Resistência no sentido de divulgarem as obras sobre o tema como *As eleições de 1958 e a Imprensa Portuguesa*, ; *Emídio Guerreiro – Cem Anos de História*, ou ainda, o já citado Ventura, A. *Memórias da Resistência. Ob. cit.* É de mencionar igualmente a extensa bibliografia compilada na Internet, sob o título “Estudos sobre o Comunismo”, abrangendo publicações das mais diversas, desde artigos de jornais, revistas científicas e livros, sobre os mais diferentes sectores da oposição, apesar da ênfase dada aos trabalhos centrados na actuação do Partido Comunista. Ver, <http://estudosobrecomunismo.weblog.com.pt>.

<sup>37</sup> Em destaque, a obra de Madeira, João. *Os engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os Intelectuais*. Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

<sup>38</sup> Ver, como exemplo deste tipo de recolha o trabalho de Vilaça, Alberto. *Resistências Culturais e Políticas nos Primórdios do Salazarismo*. Lisboa, Campo das Letras, 2003.